

## 500 ANOS DEPOIS

Nilo Odália\*

Final de século e, principalmente, de milênio, é uma ocasião propícia para que se alteiem as vozes de intelectuais, plenas de sabedoria, e de místicos, proféticas e, muitas vezes, trágicas, para proclamarem balanços e perspectivas de/para uma sociedade humana que, no seu conjunto, revela a característica básica de ser injusta e desigual, a ponto de se por em dúvida se merece ainda o nome de humanidade (Finkelkraut, A., 1998).

Abandonemos os proféticos, pois deles nada podemos esperar, senão maldições que não se realizam e esperanças que não se concretizam. Voltemos nossos olhos para aqueles que nos anunciam a morte da sociedade e dos valores que nasceram a partir do século XVIII.

Essa morte anunciada se exprime basicamente por um divórcio entre o universo humano e seus valores culturais e o universo do mercado e das técnicas.

Que surgem os sinais de uma nova sociedade e de novos valores, alicerçados naquilo que de original nos trouxe o século XX: uma sociedade globalizada cuja estrutura básica é uma sofisticada tecnologia de comunicação, amparada num desenvolvimento ininterrupto da informática, parece ser um consenso. O que está em jogo é saber-se que sociedade será essa e que valores culturais a sustentarão. Parece ser lícito, em consequência, que nós, homens do final de século e de milênio, participemos do debate, especialmente por pertencer a um país de situação ambígua e ambivalente, por ser, ao mesmo tempo, tanto integrante do mundo capitalista desenvolvido quanto de sua parte subdesenvolvida.

---

\* Professor Aposentado da FCL – UNESP/Araraquara.

Nossos bolsões de riqueza não podem fazer-nos esquecer que a maior parte de nosso país e de nossa população ainda vegeta em cruel miséria. Essa dualidade, contudo, não é apenas uma característica de nosso país; dela compartilha a grande maioria dos países dos diversos continentes; o que neles varia é o tamanho desses bolsões de riqueza, que funcionam, consciente ou inconscientemente, como agentes de preservação dessa injusta distribuição da riqueza mundial e local.

No mundo de hoje, dada sua transparência, em virtude dos meios de comunicação, é natural que os ideólogos do mundo desenvolvido busquem justificar essa desigualdade. O que não é natural é que essa justificativa se fundamente na louvação dos atributos e qualidades daqueles que possuem e pela contrapartida negativa dos que nada possuem, isto é, se estes não são ricos é porque lhes faltam os traços mentais, psicológicos e culturais que caracterizam os primeiros (Harrison, L.). Essa justificativa que pressupõe uma hierarquia entre homens e países se assemelha, quer se queira ou não, àquilo que Sartre dizia do anti-semita:

Ao tratar o judeu como um ser inferior e pernicioso, afirmo ao mesmo tempo que sou de uma elite. E esta, muito diferente das elites modernas que se baseiam no mérito ou no trabalho, assemelha-se totalmente a uma elite de nascimento.

Ao afirmarem nossa inferioridade como homens incapazes de alcançar os padrões de desenvolvimento deles, reiteram ao mesmo tempo suas próprias qualidades que lhes conferem o direito de ser uma elite. E pode-se complementar ainda com as palavras sartreanas: “Nada preciso fazer para merecer minha superioridade, e essa condição não me pode ser tirada. Ela me é dada de uma vez por todas: é uma coisa” (Sartre, J. P., p. 18).

Contudo, se temos por obrigação lutar contra essa visão discriminatória, não podemos nos esquecer que uma das maneiras de combatê-la é voltarmos sobre nós mesmos e tentar nos

conhecer. Principalmente, no momento em que buscamos uma razão de ser, por intermédio das festividades que comemoraram os quinhentos anos de nosso descobrimento.

O “conhece-te a ti mesmo” socrático ainda é um bom conselho. É certo que a máxima socrática é, antes de mais nada, uma introspecção, é uma análise subjetiva que pouco parece nos oferecer quando queremos conhecer nossa comunidade, nosso país ou nossa sociedade. Se não existe uma subjetividade comunitária que possa nos socorrer em tais momentos, resta-nos, porém, o recurso de arrogar-nos o direito, que não é só meu, de tentar falar por e sobre ela. Se não aceito que alguém de fora venha me catalogar e hierarquizar, não o faço apenas em meu nome, mas em nome da comunidade a qual pertencço. Se questiono minha sociedade, defendo meu direito de ser o seu Eu nesse momento e, portanto, sua subjetividade.

Vivemos uma época e um momento históricos, cujas características divergem tanto das que existiam no começo deste século, que é licito dizer-se, com Fukuyama, que vivemos os estertores de uma sociedade e de seus valores culturais, sem que saibamos o que será a nova sociedade que começa a se estruturar e quais os seus valores. No momento em que uma sociedade se desestrutura, é natural que nela constatemos contradições e paradoxos, que se originam tanto de sua decadência quanto do fato de que uma nova sociedade está sendo estruturada. O que não é natural na situação histórica por nós vivida – como já foi apontado por vários autores<sup>1</sup> – é o fato de que os valores culturais que serviram de alicerce à antiga sociedade estão sendo destruídos com

<sup>1</sup> Refiro-me especialmente às interpretações de Fukuyama e de Huntington. Touraine critica-as: a primeira, porque se fundamenta na crença de que o “o modelo ocidental impõe-se em toda parte” e a segunda, pois nela o fator preponderante é a constatação de que à “unidade de sua economia e de seus quadros institucionais” corresponde a fragmentação das identidades culturais”. Para Touraine, essas são interpretações apressadas e deixam escapar o que lhe parece essencial: a dissociação entre os dois universos, “o das técnicas e dos mercados e o das culturas, o da razão instrumental e o da memória coletiva, o dos signos e o do sentido.” A crítica me parece menos válida no que concerne a Fukuyama, depois da publicação de seu livro (Touraine, A., 1999, p. 36).

uma rapidez até agora desconhecida. Por outro lado, infelizmente, a rapidez na destruição desses valores não tem sido compensada pela construção de novos.

Em nenhum outro momento de sua história o homem se sentiu tão próximo do outro como agora. Contudo, é uma proximidade enganosa, porque se faz por meios tecnológicos que antes de nos tornar membros e indivíduos de uma coletividade, apenas exacerba, por sua negação, nosso ego individual. Sós, assistimos o mundo desfilar pelas nossas telas de televisão; sós, nos comunicamos pela internet com outros solitários que aguardam nosso e-mail que, consciente ou inconscientemente, lhes traz o sentimento passageiro de uma fuga da própria solidão. Nossa solidariedade com o mundo de misérias que nos rodeia se concretiza em lágrimas que logo se convertem em risos e sorrisos, tão pronto quanto fazemos o clique da mudança de canal. Nossas lágrimas são tão breves que não deixam rastros, elas secam antes de se transformarem em sentimentos perduráveis.

Olhamos em torno de nós, terceira constatação, e o que vemos? Dor e sofrimento, miséria e corrupção; instituições políticas falidas e incapazes de exercerem suas atribuições de gerência da coisa pública. Os corruptos delas se servem como se a corrupção e o enriquecimento ilícito fossem os verdadeiros objetivos de tais instituições. Numa sociedade desprovida de valores autênticos, os valores negativos; a corrupção, por exemplo; são assumidos como algo normal, especialmente quando a eles se acrescenta o mito do fazer. Porém, mais grave do que tudo isso é a não-sintonia entre os vários poderes da administração pública e política do país.

O Poder Judiciário, presa de um formalismo anacrônico e canhestro, não se peja de garantir suas vantagens financeiras no argumento pobre de que se atém aos termos expressos da Constituição. Ainda não compreendeu que as leis são todas fruto de um momento histórico e que sua reinterpretção é um de seus deveres básicos. Devia mirar-se na Suprema Corte norte-americana, a grande responsável por aquele país ainda se governar por uma

Constituição elaborada no final do século XVIII. Não fora por ela, os Estados Unidos já teriam tido tantas Constituições quantas transformações pelas quais passaram nestes dois séculos de existência.

Por último, uma Nação não se constitui apenas por sua massa territorial, nem pelo número de leis e normas que a regem; ela se constitui basicamente pela comunidade que a integra e pelos valores que permitem, incentivam e abrigam a solidariedade interna de seus membros. Não existe Nação sem valores, este é um princípio elementar e básico que esquecemos. O primeiro desses valores, sem dúvida, é o respeito ao ser humano, o respeito à vida humana. Nenhuma sociedade pode sobreviver sem essa premissa básica.

A guerra de todos contra todos não pode ser o alicerce de uma sociedade. Quando a ela retornamos, nosso destino é a autodestruição. O que assistimos no nosso cotidiano é uma ressurreição de um estado de coisas que pensávamos ter superado há muito. Quando deixamos de temer o crime organizado, pois ele parece atingir apenas aqueles de que dele vivem, e passamos a temer o pivete que numa esquina qualquer nos mata sem a menor razão, apenas pelo prazer de nos matar e assegurar no interior de suas gangues a consideração daqueles que já mataram, então a vida humana não tem efetivamente nenhum valor.

Quando a vida humana deixa de ser um valor, quais poderão sobreviver? A resposta correta é nenhum, pois todos eles a ela se remetem. Como falar em justiça social se o seu destinatário não existe? Como falar em direitos do cidadão, se ele não tem nem condições de se formar? Como exigir de alguém a fidelidade a uma nacionalidade, à qual falta o fundamental: uma Nação que a sustente e fundamente?

Quinhentos anos de história e o gigante esboça um sorriso infantil ao ver espocarem os fogos de artifício de uma festa tão triste e desconsolada quanto as faces dos miseráveis que o habitam. Como, neste momento, esquecer as palavras de Capistrano de Abreu ao fazer o balanço do que havia sido a obra de três séculos:

Vida social não existia, porque não havia sociedade; questões públicas tão pouco interessavam e mesmo não se conheciam... É mesmo duvidoso se sentiam não uma consciência nacional, mas ao menos capitania, embora usassem tratar-se de patricio e paisano.../. Sempre a mesma mandrice intelectual de Bequimão e dos Mascates! (Abreu, C., 1976).

Não é um belo balanço dos nossos quinhentos anos? Substituamos, à vontade, algumas palavras por outras mais próximas de nós como miséria, corrupção, compadrio, nepotismo, tráfico de drogas, etc., e temos um retrato aproximado do que nos legam quinhentos anos de história!

## II

Para bem se compreender as duras afirmações de Capistrano de Abreu devemos lembrar-nos de que o historiador cearense não via na sua labuta histórica uma missão – como foi o caso, por exemplo, de Varnhagen e mesmo de Oliveira Vianna e de tantos outros até mais ou menos a década de 30, do século XX. Não era de seu caráter propor uma solução para o país e para a nação brasileira. Seu compromisso primeiro e único era com a ciência histórica. Para ele, esta se baseava fundamentalmente no que acreditava estar seguramente alicerçada no conhecimento científico de sua época: a geografia.

Sua análise da geografia brasileira, do seu espaço geográfico, é preponderantemente marcada pela ruptura, pela fragmentação, pela descontinuidade. Onde Varnhagen procurava obsessivamente a unidade, mesmo que esta fosse uma projeção para o futuro,<sup>2</sup> Capistrano enxergava a divisão e a diversidade. Se Oliveira Vianna

---

<sup>2</sup> Quando Varnhagen, por exemplo, defende arduamente a miscigenação entre as três etnias no Brasil, o que ele está pretendendo é a unidade do povo e do homem brasileiros (Odália, N., 1997).

insistirá, posteriormente, no vazio dos grandes espaços brasileiros, Capistrano nos descreverá, de preferência, os obstáculos geográficos que impediram uma conquista rápida do interior brasileiro e impediram que os habitantes da terra, os índios, pudessem constituir-se numa única e grande nação.

Sua análise não era apenas uma resposta a Varnhagen, que afirmava ser a causa da desunião indígena sua falta de civilização; em Capistrano a ruptura, a diversidade, a fragmentação decorriam necessariamente de uma paisagem geográfica que iria afetar a própria colonização portuguesa. Também esta sofreria os impactos do meio-ambiente e da existência de três etnias que não guardavam entre si nenhuma relação, senão a de subordinação e de indiferença. Essa falta de solidariedade entre as etnias é um dos aspectos essenciais do pensamento de Capistrano e talvez seu calcanhar de Aquiles, na medida em que o torna bastante céptico em relação à possibilidade de uma sociedade brasileira<sup>3</sup>.

Capistrano denominará como *Capítulos da História Colonial* seu livro de história do Brasil que, inicialmente, pensara como uma resposta “aos grilhões de ferro” impostos por Varnhagen à história do Brasil, como escrevera em carta enviada ao ministro e historiador Rio Branco<sup>4</sup>.

Não é uma pergunta ociosa indagarmos por que *Capítulos* e não simplesmente *História Colonial*, que seria o mais normal. A palavra capítulos pode sugerir a idéia de algo incompleto, de alguma coisa ainda em processo de formação, mas principalmente a idéia de ruptura, fragmentação, insolidariedade e, secundariamente, a

<sup>3</sup> É interessante observar-se que a publicação dos *Capítulos*, em 1905, marca praticamente o encerramento de sua carreira de historiador. Daí em diante dedica-se quase que exclusivamente aos estudos antropológicos sobre os indígenas. Em 1927, pouco antes de sua morte, não autorizou uma tradução para o alemão desse livro. Quais as razões dessa negativa? Ele não nos dá resposta a essa pergunta. Devemos, portanto, especular. Muito provavelmente a resposta se encontra no fato de que os *Capítulos*, por serem uma negação a possibilidade de uma sociedade brasileira, tenham, a seu ver, sido negados pela realidade de uma sociedade brasileira que parecia definir seus contornos.

<sup>4</sup> Ver *Correspondência* de Capistrano de Abreu.

de diversidade. Sendo assim, creio que o termo *Capítulos* é bastante apropriado por nos preparar para a sua visão bastante original de nossa história e lhe permite fazer o balanço que acima citamos<sup>5</sup>.

Oliveira Lima, em seu livro, excessivamente diplomático, sobre a formação da nacionalidade brasileira (Oliveira Lima, 1997), também será bastante enfático ao tratar da diversidade e da descontinuidade geográficas brasileiras, porém sucumbirá ao pressuposto que dá origem ao livro, a saber, que existe uma nacionalidade brasileira. E seus argumentos, em muitos pontos, apenas reproduzem o que Varnhagen já havia dito. Como este, Oliveira Lima situa na luta contra os holandeses o ponto de origem de nossa nacionalidade e dá relevo a certos acontecimentos, como a revolta de Bequimão no Maranhão, que Capistrano caracteriza, como já vimos, como simplesmente uma *mandrice*.

Todos os historiadores brasileiros que buscaram uma solução para o problema da unidade e da nacionalidade brasileira possuem um ponto comum básico: sugerem governos fortes e centralizados, sejam eles uma monarquia centralizadora ou um governo de direita, do tipo fascista. Nesse quadro, encaixam-se com perfeição tanto a ditadura Vargas, bastante influenciada pelas idéias e assessoria de Oliveira Vianna, quanto a ditadura militar de 64, que também se valeu das idéias deste último autor. Entende-se com facilidade por que para esta última ditadura a integração amazônica fosse uma de suas preocupações mais marcantes e que redundou no fracasso da Transamazônica, permanecendo, infelizmente, a região amazônica ainda como um problema a ser resolvido.

Quinhentos anos depois do descobrimento e cento e oitenta anos depois de nossa independência, nossa unidade e nossa nacionalidade ainda são problemas não resolvidos. Por quê? As respostas são múltiplas e nenhuma inteiramente satisfatória. Se as razões expostas por Capistrano, em parte renovadas, como já apontamos, por Oliveira Vianna e mesmo Oliveira Lima, não podem

<sup>5</sup> Denomino essa visão de Capistrano de visão indigenista, pois ela tem como centro sua concepção bastante particular de uma sociedade indianista modelada integralmente pelo meio geográfico.

hoje ser acreditadas como explicativas da falta de solidariedade nacional, devemos tentar buscar as razões, creio, na formação histórica do Brasil.

Tocqueville costumava dizer que o verdadeiro raciocínio histórico tem seu fundamento na comparação, quando esta não existir só o que podemos fazer é dar palpite. Se acreditarmos nas palavras do pensador francês, só nos resta um caminho: comparar nosso nascimento de país independente como a formação histórica dos Estados Unidos da América – sujeito das reflexões de Tocqueville.

Quer queiramos ou não, a grande diferença está em que a nossa independência não foi conquistada, mas consentida. Embora alguns autores brasileiros, especialmente José Honório Rodrigues, tenham feito malabarismos para tentar provar que nossa independência nascera de movimentos revolucionários, a verdade, contudo, é bem outra.

Diferentemente da Inglaterra, cujo império tinha raízes mais profundas e poderosas, que não se limitavam às treze colônias americanas, Portugal era dependente de sua colônia americana, a tal ponto que, no século XVIII, grupos de sua elite almejavam transferir a cabeça do império para o Brasil (Maxwell, 1996). As invasões napoleônicas foram um ótimo pretexto para a realização de um objetivo que, de outra maneira, criaria, junto ao povo português, reações violentas, o que acabou por se realizar com a revolução do Porto, em 1820.

A permanência da corte portuguesa por longos treze anos, mesmo depois do desaparecimento dos perigos napoleônicos, mostra à saciedade que fortes e influentes grupos portugueses e brasileiros acreditavam que o Brasil ser cabeça do império seria muito mais interessante do que lutar por sua independência e, além do mais, significaria que o Brasil se transformaria na cabeça de um império. Decadente, sem dúvida, mas sempre um grande império.

Quando Pedro I proclama nossa independência, seu gesto é apenas a concretização de algo que já estava implícito nos treze

anos de permanência da família real. Como corolário, a instituição de um governo monárquico, continuidade do governo português, inibindo e impedindo quaisquer discussões sobre a forma de governo a ser adotada pelo país independente e a atitude ditatorial de D. Pedro I ao impor a constituição de 1824, não deixam margens de dúvidas sobre o caráter assentido de nossa independência.

A independência americana se fez por uma luta armada contra o poder inglês e por princípios universais dos direitos humanos que constituem o que se chama de Revolução americana. Mas não é só isso: a Confederação das colônias que nasce da expulsão dos ingleses, é, em 1787, posta em questão, quando os representantes das treze colônias se reúnem, em Filadélfia, a fim de serem estabelecidas as normas legais que deverão nortear a constituição da nova nação.

Nesse conclave, a pergunta inicial a ser respondida é saber se deveriam apenas emendar o documento inicial que criara a Confederação ou criar um novo documento. Acompanhar os debates que se seguiram é fascinante, na medida em que nele poucas questões de ordem política deixaram de ser ventiladas: monarquia ou república, poder nacional (centralismo) ou local, configurações dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, voto direto ou indireto, etc.

O que daí se seguiu foi o surgimento de uma nação com uma cara que poderia ser reconhecida por seus traços específicos e um Estado cujos fundamentos estavam alicerçados, através do voto, no povo americano que então começava a se constituir.

De uma certa maneira, todos ou quase todos esses temas surgiram no processo histórico que se seguiu à nossa independência; a diferença fundamental está no fato de que, no Brasil, eles surgiram como uma imposição de situações históricas, nascidas exatamente do fato de que com a imposição da Constituição de 24, as transformações políticas brasileiras se concretizarão sempre através de golpes de Estado: queda de D. Pedro I, golpe da maioridade, queda da monarquia e proclamação da república, Revolução de

30, Estado Novo, golpe de 64. O povo assistiu a cada um deles sem saber qual o seu papel, a não ser o de assisti-los bestificados.

Não se pode esquecer também a Constituição de 88, a Constituição-Cidadã, na expressão de Ulysses Guimarães – expressão máxima do casuísmo brasileiro. Uma Constituição que se encaminhava para o parlamentarismo, num segundo momento, por influências que não podem ser qualificadas de honestas, transformou-se num presidencialismo híbrido e inconsistente que levou o seu maior responsável a afirmar que o Brasil seria ingovernável sob ela.

Infelizmente, neste país tudo se faz em obediência aos ditames casuísticos de oligarquias dominantes insensíveis, cuja única preocupação é fazer do Estado um serviçal de seus interesses. Que imediatamente são transformados indevidamente em conquistas populares. A princesa Isabel é transmudada em mãe dos escravos, quando, na verdade, o decreto de abolição foi um golpe nas possibilidades de uma reforma agrária em que os escravos teriam condições de sobrevivência. A terra, porém, é intocável, os párias da sociedade que se virem.

A insensibilidade das oligarquias dominantes chega a tal ponto que elas não admitem qualquer tipo de oposição; quando a oposição surge deve ser destruída e sofrer as penas, das quais Tiradentes é um exemplo. Não se devem deixar vestígios da oposição, assim foi com a revolução dos Muckers, no sul, com Canudos, no nordeste, e com a guerra do Paraguai. Todo e qualquer conflito deve ser visto como uma ameaça a seus direitos; as oposições devem ser arrasadas e, se possível, salgar e tornar estéril o terreno em que brotaram, pois assim nem as rosas, nem os espinhos, podem nascer.

Seria possível imaginar que um político brasileiro escrevesse algo semelhante ao que Thomas Jefferson escreveu em carta para Abigail Adams:

Gosto de uma rebeliãozinha de vez em quando. O espírito de resistência ao governo é tão valioso ocasionalmente que desejo sempre vê-lo mantido vivo. Ela será

amiúde exercida erradamente, mas é melhor do que nunca o ser”;

ou estas outras, escritas para William Smith:

Que Deus nos proíba de passar vinte anos sem uma rebelião assim! O que significam umas poucas vidas perdidas em um ou dois séculos? A árvore da liberdade deve ser refrescada de vez em quando com o sangue de patriotas e de tiranos. É seu adubo natural”.<sup>6</sup>

Essas palavras foram escritas 200 anos atrás e guardam atualidade para um país como o nosso, em que a oposição deve ser vista sempre como algo abominável. Pode nos chocar quando Jefferson fala sobre o sangue a ser derramado, mas se observamos de perto nossa realidade vemos quanta hipocrisia existe no famoso “jeitinho” brasileiro que só aparentemente evita o derramamento de sangue. A morte ronda e ataca sempre os desprotegidos que não morrem às dezenas, ou às centenas, mas sim aos milhares de fome e desnutrição. E morrem sem que estejam contribuindo para que a democracia e “a árvore da liberdade” estejam sendo irrigadas.

Comemorando nossos quinhentos anos num mundo globalizado, no qual o nacional parece algo obsoleto e fora de moda, não é ainda mau conselho voltarmos-nos sobre nós mesmos e pensarmos como devemos agir para que o nosso país se constitua numa verdadeira Nação.

### Referências Bibliográficas

ABREU, C. *Capítulos de História Colonial*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/MEC, 1976.

FINKIELKRAUT, A. *A humanidade perdida. Ensaio sobre a Humanidade*. São Paulo: Ática, 1998.

<sup>6</sup> A rebelião a que se refere Jefferson ocorreu em Massachusetts e era dirigida por Daniel Shays (MEE JR., C. L., 1993, p. 38-39).

## Nilo Odália

HARRISON, L. *Subdesenvolvimento é um estado de espírito: a questão latino-americana*. Rio de Janeiro: Record.

MAXWELL, K. *Marquês de Pombal – Paradoxo do iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MEE JR., C. L. *A história da Constituição Americana*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1993.

ODALIA, N. *As formas do mesmo*. São Paulo: Unesp, 1997.

OLIVEIRA LIMA. *Formação histórica da nacionalidade brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

SARTRE, J. P. *Reflexões sobre o racismo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

TOURAINÉ, A. *Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes*. Petrópolis: Vozes, 1999.

---

RESUMO: O texto analisa o processo histórico brasileiro procurando explicar a herança sócio-política e cultural excludente, iníqua e antidemocrática do país.

PALAVRAS-CHAVE: História, nação, democracia, cidadania, Estado.

ABSTRACT: This paper analyses the Brazilian historical process trying to explain the excluding social, political and cultural heritage, which is antidemocratic and perverse for the country.

KEYWORDS: History, nation, democracy, citizenship, State.